



Ao lado do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e de parlamentares, Renan diz em entrevista que o projeto sobre as estatais deverá tratar do uso de recursos aos critérios para indicação de diretores

Congresso quer lei de responsabilidade para as estatais

Presidentes do Senado e da Câmara decidiram ontem criar uma comissão para elaborar a proposta. Também começaram a identificar as prioridades para o pacto federativo

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, a criação de uma lei que aumente a fiscalização sobre as estatais responde à cobrança da sociedade por maior controle dos recursos públicos.

Ele se encontrou ontem com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para iniciar a montagem de uma pauta legislativa em atendimento aos governadores, que estiveram no Congresso na quarta-feira. **3**

Prioridades em análise no Senado

- ▶ **PEC 78/2013** Até 2028, a União terá que aplicar 20% dos recursos de irrigação no Centro-Oeste e 50% no Nordeste
- ▶ **PRS 15/2015** Estados e municípios com perda na arrecadação de petróleo terão empréstimos como antecipação de receitas
- ▶ **PLS 312/2013** União entregará mensalmente aos estados valor equivalente às perdas de arrecadação provocadas pelas desonerações de exportações de produtos primários e semielaborados
- ▶ **PRS 1/2013** Reforma do ICMS combaterá a guerra fiscal entre estados
- ▶ **PLS 86/2013** Receitas arrecadadas por estados e municípios ficarão isentas da contribuição ao PIS-Pasep
- ▶ **PLS 95/2015** Companhias estaduais de saneamento reinvestirão Cofins e PIS-Pasep com a criação do Regime Especial de Investimentos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico



Em audiência presidida por Aloysio (D), Jaques Wagner lamenta escassez de verbas

Ministro da Defesa enfatiza luta nas fronteiras contra o tráfico

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, Jaques Wagner admitiu a possibilidade de cortes no orçamento da Defesa para este ano, ressaltando que os atuais 25 postos espe-

ciais são insuficientes para os 17 mil quilômetros de fronteira terrestre e os 8,5 mil quilômetros de litoral no Brasil. Ele disse que a prioridade é reduzir a entrada de armas e drogas. **5**

Em ato, bancada feminina pede cota para mulheres na política **6**

Senadores celebram os 20 anos de fundação da Rede Vida **4**

Publicados seis vetos ao novo Marco Legal da Biodiversidade **4**

Proposta que estabelece nova Lei da Migração avança no Senado **5**

Audiência aponta necessidade de mais verba para pesquisa agrícola **8**



O relator da comissão, Humberto Costa, e o presidente, Magno Malta

CPI obterá dados sigilosos de médicos

A CPI das Próteses decidiu ontem quebrar o sigilo dos supostos envolvidos na máfia que obtinha dinheiro ilegalmente por

meio de próteses superfaturadas. Entre eles, estão médicos, advogados e empresas fornecedoras de produtos hospitalares. **7**

pauta Feminina

Desafios da maternidade e da paternidade no trabalho

Mesa:

Gláucia Diniz – Professora adjunta do Departamento de Psicologia da UnB
Natália Fontoura – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Camilla Magalhães – Professora do UniCEUB
Gabriela Azevedo – Advogada

Data: 22 de maio de 2015

Horário: 10h

Local: Plenário 2 da Ala Nilo Coelho, Senado Federal

Mais informações: 3303-1710/1713 | Participação poderá ser presencial, pelo 0800 61 22 11 ou pelo e-Cidadania



Comissão de Promoção da Igualdade de Gênero



Secretaria da Mulher



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Procuradoria Especial da Mulher



SENADO FEDERAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mais da metade das câmaras municipais mato-grossenses não estão presentes na internet. A Solução Web Interlegis, pacote de ações para acabar com a exclusão digital no Legislativo, será apresentada



Objetivo do evento do Interlegis é discutir temas de interesse dos estados e auxiliar na modernização do Legislativo

Encontro Interlegis em Cuiabá começa na segunda

O ENCONTRO INTERLEGIS na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que será aberto na segunda por Wellington Fagundes (PR-MT), vai discutir temas de interesse do estado e da modernização do Legislativo. O senador, que solicitou a realização dos eventos, vai abordar o plano de concessões como a solução para a logística no Brasil. O consultor legislativo do Senado Eduardo Simão de Souza Vieira também vai falar a respeito de questões econômicas na palestra “Investimentos na infraestrutura de transporte e escoamento da safra agrícola”.

Em seguida, três palestrantes vão se concentrar em assuntos relativos à modernização do Poder Legislativo. Simone Dourado, coordenadora de Ensino a Distância (EaD) do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que é a instituição gestora do Programa Interlegis, vai falar sobre a importância do EaD para as Casas legislativas. Ester Monteiro, diretora de Jornalismo da Secretaria de Comunicação, falará sobre “Comunicação in-

tegrada no Legislativo”. E Francisco Biondo, coordenador de Formação e Atendimento à Comunidade do Programa, vai apresentar a Solução Web Interlegis, um pacote de ações cujo objetivo é acabar com a exclusão digital no Legislativo brasileiro.

Essa, aliás, foi a preocupação principal de Wellington ao solicitar ao Interlegis a realização das atividades em Mato Grosso. Na ocasião, o parlamentar destacou que a modernização do Legislativo municipal está diretamente ligada à ampliação da democracia.

“O primeiro contato da população com a política é com o Parlamento das cidades. Fazer com que os municípios tenham internet de qualidade e acesso ao trabalho dos vereadores é fazer com que a população tenha voz ativa na proposição e cobrança de políticas públicas eficientes”, afirmou.

Depois das palestras, a programação segue com a realização das oficinas de treinamento. A primeira, na tarde do dia 25 e nos dias 26 e

27, será sobre o Portal-Modelo, ferramenta desenvolvida pelo Interlegis para que as Casas legislativas possam ter seu site na internet. Nos dias 28 e 29, o treinamento será para a implantação e uso do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), que informatiza o processo interno das Casas.

Em Mato Grosso, 50% das câmaras municipais não possuem presença na internet, e quando têm um portal, estão com informações desatualizadas. A Solução Web Interlegis é composta de Portal-Modelo, hospedagem gratuita no datacenter do Interlegis, domínio .leg e treinamento dos servidores responsáveis por alimentar o portal.

Já o SAPL tem como finalidade apoiar as casas nas atividades relacionadas ao processo legislativo. O sistema é um agente efetivo na modernização da câmara que o utiliza para elaborar proposições e tramitar matérias legislativas, organizar sessões plenárias e manter atualizadas as bases de leis.

Líderes devem discutir horário da ordem do dia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou na quarta-feira que vai convocar reunião de líderes na próxima semana para buscar maior rigor no início da ordem do dia, momento em que os senadores votam as proposições.

O Regimento Interno determina que a ordem do dia comece 120 minutos após o início da sessão, previsto para as 14h, de segunda a quinta, e para as 9h às sextas.

O tema do horário da ordem do dia foi levantado com o prolongamento da discussão da MP 665/2014 na quarta-feira. No fim, por acordo de líderes, foi definido que todos teriam oportunidade de falar até a conclusão da discussão, ficando a votação da matéria para a terça-feira que vem, dia 26. A sessão acabou depois das 22h. Omar Aziz (PSD-AM) ponderou que, se a ordem do dia tivesse começado às 16h,

haveria tempo para discutir a matéria sem atropelo.

— Teríamos que ter começado às 16h. Com aqueles que estiverem às 16h, começa-se o debate — sugeriu o senador.

O primeiro-vice-presidente da Casa, Jorge Viana (PT-AC), considerou razoável a manifestação do colega. O senador ressaltou que costuma estar disponível para iniciar a sessão às 14h e a ordem do dia às 16h.

Diploma José Ermírio de Moraes será entregue na terça

O Senado realiza na terça sessão especial para a entrega do Diploma José Ermírio de Moraes. Esta é a sexta edição da premiação com que o Senado homenageia empresários e empresas notáveis do Brasil. Os escolhidos são Albano Franco, Carlos Alberto Sicupira, Nevaldo Rocha, Armando de Queirós Monteiro Filho e João Tenório.

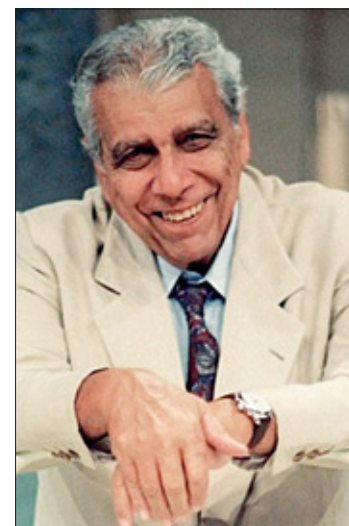
Além deles, receberá a homenagem, in memoriam, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, filho de José Ermírio de Moraes, que dá nome ao prêmio. Antônio Ermírio morreu em agosto de 2014.

— Que, através dessa homenagem, nós possamos estimular o empreendedorismo e que, a cada ano, pessoas que se dedicam a trabalhar não só por sua empresa, mas pelo nosso país possam receber justas homenagens — afirmou Douglas Cintra (PTB-PE), que é presidente do conselho do diploma que elege os premiados.

O prêmio é entregue desde

2010 a empreendedores que são referência em produção, responsabilidade social, cultural e ambiental e na contribuição para o desenvolvimento nacional.

O diploma recebe o nome do empresário e ex-senador José Ermírio de Moraes (1900–1973), que criou o Grupo Votorantim a partir da expansão de uma indústria de tecelagem. O grupo hoje atua nas áreas de cimento, celulose, alumínio, zinco, níquel, aços longos e suco de laranja.



Antônio Ermírio de Moraes será homenageado in memoriam

Sessão especial celebra 21ª edição do Grito da Terra Brasil

Será comemorado hoje, em sessão especial, às 14h, o Grito da Terra Brasil. A sessão foi pedida por Donizeti Nogueira (PT-TO).

Promovido pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), o movimento, que se encerra hoje, teve início na segunda-feira. O movimento reúne líderes rurais, agricultores familiares e assalariados rurais, entre outros.

O evento, realizado há mais

de 20 anos, é muito importante, afirmou o senador, porque concentra demandas sobre todas as áreas de atuação do MSTR, a partir da identificação de problemas do meio rural.

— É um espaço de proposição, reivindicação e negociação de políticas públicas para o campo e a floresta, além de ser um processo mobilizador, formativo e informativo — justificou Donizeti.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Grito da Terra

9h Sessão não deliberativa. Às 14h, sessão especial do Senado comemora a 21ª edição do Grito da Terra Brasil.

CDH Diligência em São Sebastião (DF)

9h A comissão faz diligência para acompanhar denúncias de violação de direitos contra acampados em São Sebastião (DF).

PAUTA FEMININA Mães X trabalho

10h O projeto Pauta Feminina debate os “Desafios da maternidade e da paternidade no trabalho” no plenário 2 da Ala Nilo Coelho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

País pode ter lei de responsabilidade das estatais

Proposta será apresentada pelo Congresso para garantir a fiscalização das empresas e, segundo o presidente do Senado, atende a cobrança por maior controle sobre os recursos públicos



OS PRESIDENTES DO Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, informaram ontem que vão criar uma comissão mista — formada por senadores e deputados — para elaborar, em 30 dias, um texto que sirva de base para um projeto de lei de responsabilidade para estatais.

Os dois se reuniram para definir uma agenda de prioridades relativas ao pacto federativo a partir de sugestões apresentadas por governadores em reunião no Congresso na quarta-feira. Os chefes dos Executivos estaduais protestam contra a escassez de recursos, criticam a União por reter a maior parte dos tributos e reclamam do excesso de obrigações sem a contrapartida financeira.

Segundo Renan Calheiros, no momento em que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) faz 15 anos, não há nada no Brasil que vincule as estatais e seus investimentos ao controle do Poder Legislativo.

— A sociedade cobra uma lei. Com isso, vamos fazer um controle efetivo do dinheiro público das empresas e também dar um norte, do ponto de vista social, aos investimentos. Essa será uma grande resposta que o Parlamento vai dar ao Brasil — afirmou.

Questionado se a nova lei poria fim às indicações políticas, Renan disse que serão sugeridos critérios:

— O projeto vai dizer tudo que é preciso sobre transparência, investimentos, planejamentos e até critérios para indicação de diretores. O protagonismo do Congresso está recomendando que façamos isso com prioridade. O Brasil precisa entender que estamos vivendo um novo momento e avanços institucionais estão sendo cobrados. Esse é o desafio do Parlamento.



José Serra, Romero Jucá, Renan Calheiros, Eduardo Cunha e Rose de Freitas em reunião para definir agenda prioritária no que diz respeito ao pacto federativo

Eduardo Cunha, por sua vez, lembrou que a LRF foi um avanço no controle das contas públicas e que o Poder Legislativo tem a obrigação de fiscalizar todos os entes da União.

— Qualquer legislação que faça o controle da atuação das estatais e que dê transparência faz parte, sim, das atribuições do Congresso. E não fazer pode significar uma omissão. Uma lei específica vai estabelecer parâmetros similares, incluindo suas subsidiárias, bancos públicos e de fomento. Queremos um regramento tão transparente e tão contundente como é a LRF hoje — disse.

O deputado negou qualquer afronta às leis que regulam o mercado aberto e disse acreditar que a nova norma será bem recebida pela iniciativa privada.

Na reunião, ficou definida a criação de uma comissão mista para estudar pontos da Constituição ainda não regulamentados.

Além disso, os parlamentares avaliaram nomes para o Conselho de Comunicação

do Congresso e acertaram o compromisso de priorizar a análise de acordos internacionais, principalmente os que dizem respeito ao Brics — grupo de países em desenvolvimento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A votação da proposta de emenda à Constituição que trata do novo rito de tramitação de medidas provisórias (PEC 11/2011) também deve ser priorizada.

TV Senado exhibe reprise do encontro com governadores

Um dos destaques da programação deste fim de semana da TV Senado é a transmissão do encontro dos presidentes das duas Casas do Congresso com os governadores de estado, gravado na quarta-feira em Brasília.

Confira os horários

- Hoje, às 17h
- Amanhã, às 14h30
- Segunda (21), à 1h

Projetos com impacto na Federação têm prioridade

Projetos com repercussão nas finanças de estados e municípios ganharam prioridade como resultado da reunião sobre o pacto federativo entre governadores e autoridades do Legislativo, na quarta-feira. Algumas dessas propostas tramitam na Câmara e outras, no Senado. A maior parte delas constou da pauta do encontro de ontem entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o da Câmara, Eduardo Cunha.

A Câmara deverá votar a determinação de que não haja transferência de nenhum encargo ou prestação de serviços aos estados e aos municípios sem a previsão dos repasses financeiros correspondentes. A medida está prevista na PEC 172/2012, do deputado Mendonça Filho (DEM-PE).

No Senado, uma das prioridades é a proposta que prorroga até 2028 a obrigatoriedade de a União aplicar no Nordeste, preferencialmente no semiárido, 50% dos recursos destinados à irriga-

ção, e no Centro-Oeste outros 20%. O autor do texto (PEC 78/2013) é o deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Outro projeto que deverá ter atenção especial permite a estados e municípios com perda de arrecadação na exploração de petróleo a contratação de empréstimos como antecipação de receitas. A excepcionalidade, que livra essas operações dos limites de endividamento previstos na Resolução 43/2011, é aberta no PRS 15/2015, dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Rose de Freitas (PMDB-ES).

Projeto de repercussão no pacto federativo é o que determina à União a entrega aos estados, em parcelas mensais, do montante equivalente às perdas de arrecadação decorrentes das desonerações de exportações de produtos primários e semielaborados — desoneração prevista na Lei Kandir. O PLS 312/2013 — Complementar é do ex-senador Pedro Simon.

Dívida com a União e reforma do ICMS também estão na pauta

Reforma do ICMS, troca do indexador das dívidas de estados e municípios, redução a zero do PIS-Pasep sobre receitas dos governos estaduais e das prefeituras, além do reinvestimento da Cofins em programas de saneamento básico também estão entre os temas em discussão no Congresso diretamente ligados à agenda federativa.

Projeto que reforma o ICMS e pode contribuir para o fim da guerra fiscal entre os estados (PRS 1/2013) passou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e está na de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Em seguida, irá para a de Constituição e Justiça (CCJ) e depois ao Plenário.

A revisão desse imposto depende também do PLS 130/2014, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que convalida os incentivos fiscais concedidos pelos estados sem a aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Os estímulos em tais condições estão sendo considerados ilegais pela Justiça.

Após aprovação pelo Senado, o PLS 130/2014 seguiu para a Câmara, onde tramita como PLP 54/2015. A mudança no ICMS espera ainda proposta a ser encaminhada pelo Executivo instituindo fundo de compensação pelas perdas dos estados com a redução das alíquotas interestaduais.

Outra proposta já aprovada pelo Senado e que voltou à Câmara (PLP 37/2015) torna obrigatória a troca do indexador das dívidas de estados e municípios a partir de 31 de janeiro de 2016. Emenda do Senado ao projeto do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) permite aos governos estaduais e prefeituras o uso de até 70% dos depósitos judiciais e administrativos.

Saneamento

Também deverá ter prioridade a votação em decisão final, na CAE, de projeto de lei de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que reduz a zero a contribuição para o PIS-Pasep inci-

dente sobre receitas arrecadadas por estados e municípios, inclusive as transferidas pela União. O projeto (PLS 86/2013) já recebeu parecer favorável da CCJ.

Outra proposta cuja aprovação foi solicitada pelos governadores é o que prevê o reinvestimento, pelas companhias estaduais de saneamento, da Cofins e do PIS-Pasep. O PLS 95/2015, de autoria de José Serra (PSDB-SP), prevê a criação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico. O texto já recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda deliberação da CAE.

Senado homenageia os 20 anos da Rede Vida

Senadores destacaram função evangelizadora da maior emissora católica do mundo, com 460 retransmissoras e presente em 1,5 mil municípios em todos os estados

EM SESSÃO ESPECIAL realizada ontem em Plenário, em homenagem aos 20 anos da Rede Vida de Televisão, o senador Paulo Paim (PT-RS) saudou a emissora católica por manter programação voltada ao conforto religioso e espiritual e à defesa dos direitos humanos e da justiça social.

Além de Paim, que requereu a homenagem, compuseram a mesa os deputados federais Givaldo Carimbão (Pros-AL) e Marcos Reategui (PSC-AP); o fundador da Rede Vida, João Monteiro de Barros Filho; e o presidente da emissora, cardeal dom Orani João Tempesta.

— A Rede Vida é uma emissora que prega o amor, que chega com a intenção de semear palavras simples e de contribuir com mudanças na linha da fraternidade e do amor. A história do catolicismo no Brasil é inseparável da história da evangelização, que remonta aos jesuítas do século 16, que tinham por missão pregar o evangelho e buscar a conversão dos povos aqui presentes. A evangelização também esteve presente na história da Rede Vida — afirmou Paim.

Entre os fatores de expansão da Rede Vida, Paim citou o incentivo do Vaticano à criação de emissoras católicas, ocorrida no papado de João Paulo II. O senador disse esperar que, por meio da emissora, a cultura cristã possa penetrar nos lares brasileiros e formar a opinião pública em consonância com o direito natural e os preceitos católicos relacionados à vida da Igreja.

João Monteiro de Barros Filho disse que a Rede Vida nasceu como um canal da

família e destacou que a homenagem do Senado foi o maior presente que o canal recebeu nos 20 anos de existência.

Dom Orani disse manter a esperança de que, entre tantas vozes existentes na sociedade, a Rede Vida possa continuar levando a boa notícia para que as pessoas vivam mais, mantendo o respeito entre si e, ao mesmo tempo, construindo uma pátria justa, solidária e fraterna. Ressaltou que criação da emissora foi a concretização de um sonho, que veio ao encontro da necessidade do país e das pessoas de boa vontade, desejosas de opção que levasse aos lares os valores cristãos em seu substrato.



Senadores e convidados ouvem o Hino Nacional durante a comemoração dos 20 anos de fundação da emissora aberta

Parlamentares elogiam papel social da emissora

Paulo Paim destacou a importância da Rede Vida para idosos e aposentados que têm dificuldades para ir à igreja:

— Impossibilitados de comparecer aos cultos, essas pessoas cumprem suas obrigações religiosas por meio da televisão. A programação da Rede Vida oferece conforto religioso, assistência espiritual, fortalecendo vínculos religiosos e sentimentos com a comunidade.

Outros senadores ocuparam a tribuna para destacar o trabalho da emissora. Hélio José (PSD-DF) disse que o desafio de atrair patrocinadores foi vencido pela Rede Vida. Ele ressaltou que a rede, embora de programação eminentemente católica, oferece ainda ao público variadas opções de diversão e entretenimento, transmissões

esportivas, jornalísticas e de grandes eventos nacionais.

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a programação da Rede Vida valoriza a vida. Lembrou que é a maior rede de TV católica do mundo, com mais de 460 retransmissoras, que atinge mais de 1,5 mil municípios brasileiros em todos os estados.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a emissora tem exaltado os valores humanos e em respeito à vida em um mundo globalizado e convulsionado pela radicalização.

Regina Sousa (PT-PI) exaltou o sucesso da Rede Vida em um mercado oligopolizado e dominado por uma meia dúzia de grupos de comunicação. Oriunda dos movimentos sociais, disse dever à Igreja Católica a sua formação política e acres-

centou que a instituição deve aproveitar seu poder de mobilização em benefício da sociedade.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que a Rede Vida se faz necessária pelo compromisso com os ensinamentos da Igreja com um mundo melhor, com a ética na política e com a ética na sociedade.

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a Rede Vida é um instrumento de comunicação que ajudará o Brasil a ser cada dia uma nação melhor. Salientou a trajetória da emissora e o reconhecimento no Brasil e no exterior. Para ele, a homenagem simboliza a importância que a rede tem para um Brasil a ser construído acima de partidos políticos e divergências pessoais.

Donizeti Nogueira (PT-TO)

disse que a Rede Vida difunde valores e cultura, mas observou que não é fácil manter uma emissora sem maiores patrocínios, já que eles estão, em geral, voltados aos grandes conglomerados de comunicação social.

Eduardo Amorim (PSC-SE) também parabenizou a Rede Vida por defender valores cristãos e criticou a predominância do egoísmo e do individualismo nos dias atuais.

Edison Lobão (PMDB-MA) disse que a Rede Vida é um instrumento moderno por meio do qual o cristianismo deve ser espalhado por todo o Brasil. A criação da emissora, afirmou, foi uma iniciativa generosa e corajosa da Igreja de Cristo, seguramente abençoada por ele, para lançar a Sua palavra.

Dilma veta seis pontos do novo Marco Legal da Biodiversidade

Foram publicados ontem os vetos da presidente Dilma Rousseff a seis pontos da lei que institui o novo Marco Legal da Biodiversidade (Lei 13.123/2015), sancionada na quarta-feira. A legislação regulamenta o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

O principal veto está relacionado à repartição de benefícios com as comunidades tradicionais. Dilma retirou da lei um parágrafo que isentava do pagamento de royalties produtos com componentes da biodiversidade que tiveram a pesquisa iniciada antes de 29 de junho de 2000, data de edição da primeira legislação sobre o tema. Com o veto, a isenção valerá apenas para quem iniciou a exploração econômica do produto aca-

bado antes dessa data, e não a pesquisa.

“Ao vincular a repartição de benefícios ao acesso, e não à exploração econômica, o dispositivo fugiria à lógica do projeto. Além disso, não haveria mecanismo apto a garantir a comprovação do acesso à data fixada, o que resultaria

em dificuldades operacionais”, afirma a presidente. Na justificativa do veto, ela alega, ainda, que poderia haver tentativas de fraude à regra de repartição de benefícios.

Dilma também retirou do texto aprovado pelo Senado o artigo 29, que definia os órgãos responsáveis pela fiscalização

do cumprimento da lei de acordo com a área de atuação. Segundo Dilma, a distribuição dessas responsabilidades é de competência do Executivo, e não do Congresso.

Outros trechos vetados criavam a necessidade de autorizações adicionais para o acesso de pesquisadores aos

recursos da biodiversidade ou ao conhecimento tradicional. A mensagem do veto traz a alegação de que esses procedimentos poderiam resultar em entrave burocrático, o que iria contra a lógica da medida.

Um dos avanços da nova lei, segundo especialistas, foi justamente descriminalizar a atividade científica. Pela atual legislação, pesquisas feitas sem autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético são classificadas como biopirataria. Como o processo de autorização é lento, muitos cientistas trabalhavam na ilegalidade.

A proposta de Lei da Biodiversidade (PLC 2/2015), de autoria do Executivo, foi aprovada pelo Senado em abril.

(Com Agência Brasil)



Dilma discursa na cerimônia de sanção da lei, ao lado dos ministros Armando Monteiro, Izabella Teixeira e Aldo Rebelo

Controle de tráfico nas fronteiras é prioridade da Defesa, diz ministro

Jaques Wagner lamenta verbas insuficientes para monitorar os 17 mil quilômetros de divisas terrestres e reduzir entrada de armas e drogas

O CONTROLE DAS fronteiras para minimizar o tráfico de armas e drogas no Brasil foi a principal questão levantada em audiência pública com o ministro da Defesa, Jaques Wagner, ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

— Apesar de não haver ameaça de nossos vizinhos, temos 17 mil quilômetros de fronteira terrestre e mais 8,5 mil quilômetros de marítima. Já temos 25 postos especiais de fronteira, mas são insuficientes — lamentou Jaques Wagner, admitindo a possibilidade de cortes no orçamento da pasta em 2015.

De acordo com o ministro, o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) já contou com o empenho de R\$ 719 milhões para a manutenção. Para este ano, a previsão orçamentária de aplicação chega a R\$ 256 milhões.

— Considero esse programa estratégico. Depois que a droga entra pela fronteira, vira formigueiro — comparou.

Ao falar em recursos, o ministro adiantou que o orçamento total da Defesa para este ano chega a R\$ 78 bilhões. Desses, R\$ 56 bilhões deverão ser consumidos com o pagamento de pessoal ativo, inativo e militares anistiados. O restante, disse, vai para custeio e investimento.

Em meio ao aperto orça-



Ministro destaca que Brasil investe menos em defesa que os parceiros do Brics: Rússia, Índia, China e África do Sul

mentário, Jaques Wagner reconheceu a necessidade de expandir a participação da Defesa no produto interno bruto (PIB). Hoje o orçamento da pasta equivale a 1,5% do PIB, enquanto a média, na América do Sul, gira em torno de 2,3%. Informou ainda que a indústria da defesa movimenta no mundo, atualmente, cerca de US\$ 1,5 trilhão ao ano.

— Do Brics [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul], somos o país que investe menos em defesa — afirmou.

Embora o Brasil seja um “país de paz”, Jaques Wagner considera importante que os vizinhos saibam que a defesa

não está desguarnecida. Daí valorizar a expansão dos investimentos em controle das fronteiras e na inteligência e tecnologia militares.

Terrorismo

Uma eventual ameaça terrorista também foi objeto de comentários do chefe da Defesa.

— Ninguém hoje está fora desse risco. Estamos chegando a um nível de explicitação da violência inimaginável. Eu morro de medo da intolerância, porque ela é a antessala da guerra e do terrorismo — comentou.

Autor de projeto que define

crimes de terrorismo (PLS 762/2011), o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), presidente da CRE, concordou que o terrorismo é um grande risco que se abate sobre o Brasil. E lamentou não haver ainda uma definição em legislação sobre a prática.

Ao longo do debate, o ministro da Defesa foi questionado pelos senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ana Amélia (PP-RS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Jorge Viana (PT-AC), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Hélio José (PSD-DF).

Segundo Raupp, Rondônia atrai interesse chinês

Valdir Raupp (PMDB-RO) acredita que Rondônia vai ganhar muito com a atual visita ao Brasil do primeiro-ministro chinês e de uma comitiva de empresários da China.

Segundo o senador, Rondônia é um estado que pode atrair investimentos chineses, já que se trata de um grande produtor de energia, tem hidrovias para escoamento da produção e em breve contará com a Ferrovia do Pacífico.

Raupp lembrou que esse é um tema que está na pauta de negociação com os chineses, assim como a construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, uma das obras mais importantes para Rondônia e a agricultura brasileira, afirmou. O empenhimento, disse, será importante para escoar a produção agrícola do Centro-Oeste e do Norte.

— Não é novidade para ninguém que existe um gargalo de infraestrutura, estrangulando o desenvolvimento de nosso país.

Hélio José celebra 55 anos de Sobradinho

Hélio José (PSD-DF) saudou a cidade-satélite de Sobradinho, no Distrito Federal, que completou 55 anos em 13 de maio.

Segundo ele, a região da cidade já era ocupada no século 19, mas a efetiva implantação ocorreu para abrigar famílias que vieram para construir a nova capital.

Sobradinho tem mais de 85 mil habitantes, 60% dos quais com menos de 40 anos. Metade dos moradores veio de outros estados.

Apesar de ser conhecida como lugar pacato, Sobradinho sofre com problemas como deficiência em serviços públicos de saúde, educação, segurança e transporte, lamentou Hélio José.

— Mais atenção com Sobradinho. Precisamos incrementar a oferta de cultura, esporte e lazer. Precisamos de mais médicos. Precisamos propiciar formas criativas, racionais e eficientes de deslocamento para quem usa as já saturadas artérias da cidade — disse o senador.

Avança proposta que cria nova Lei da Migração

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o PLS 288/2013, de autoria do presidente do colegiado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que estabelece uma nova Lei de Migração para o país.

Segundo o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o projeto — aprovado na forma de substitutivo — “é mais adequado ao espírito do século 21, da globalização”, enterrando o “entulho autoritário” representado pelo Estatuto do Estrangeiro.

Para Ferraço, o atual estatuto, que vigora desde o regime militar, apresenta uma “defasagem evidente”. O senador defende que a nova Lei da Migração, que passará por turno suplementar na próxima semana e então poderá seguir para a Câmara, apresenta enfoques de cooperação tanto na área trabalhista quanto humanitária.

Ferraço acredita que a nova lei, quando estiver em vigor,



Aloysio Nunes Ferreira conduz a reunião da Comissão de Relações Exteriores

possibilitará ao país lidar de forma mais estruturada com fluxos migratórios que passaram a acontecer nos últimos anos, como o de migrantes do Haiti e da África.

— Enfrentamos crises geradas por fluxos de migração que a falta de uma legislação adequada e de políticas públicas gera violações aos direitos humanos.

O senador lembra que hoje convivem no país regimes de acolhida e de autorização para trabalho que são diversos. O

substitutivo aprovado é um texto de consenso. O Ministério da Justiça participou de sua elaboração.

Por sugestão de Lasier Martins (PDT-RS), foi incluído um novo inciso proibindo a concessão de residência para estrangeiros condenados por algum crime tanto no Brasil quanto no exterior, desde que a conduta esteja tipificada na legislação brasileira.

Em relação à migração, Jorge Viana (PT-AC) elogiou a comissão pela aprovação

da proposta, lembrando a importância do tema hoje nas relações internacionais:

— Desde 2010 meu estado [Acre] já recebeu mais de 40 mil haitianos. Só ontem chegaram mais 200.

Aloysio destacou que a proposta foi intensamente negociada na Casa, tanto na CRE quanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo texto final, o repúdio à xenofobia, a não criminalização da imigração, a acolhida humanitária e a garantia à reunião familiar passam a figurar como princípios da política migratória. O projeto prevê uma série de direitos e garantias para os imigrantes, como o amplo acesso à Justiça e medidas destinadas a promover a integração social.

A proposta estabelece uma nova regulamentação para os tipos de visto a serem concedidos, entre outros pontos.

Senadoras e deputadas fizeram ato na Câmara para defender que reforma política preveja medidas de incentivo ao ingresso das mulheres nos Legislativos federal, estadual e municipal



A senadora Vanessa Grazziotin fala em ato na Câmara: mulheres não ocupam nem sequer 15% das cadeiras do Congresso

Bancada feminina exige cota para mulher na política

APESAR DE SEREM a maior parte da população (52%), as mulheres são minoria na política. Menos de 10% das vagas da Câmara e pouco mais de 15% das do Senado são ocupadas por mulheres. Para tentar mudar essa realidade, senadoras e deputadas fizeram ontem um ato no Salão Verde da Câmara dos Deputados em defesa de um projeto que garante pelo menos 30% de mulheres na composição do Congresso, das assembleias legislativas e das câmaras municipais.

As deputadas e senadoras que compõem a bancada feminina prometeram obstruir qualquer proposta de reforma

política que não contemple a referida cota.

O ato contou com a presença da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, que confirmou o apoio do governo à criação de cotas. A intenção é que a reserva de vagas seja incluída nas propostas em discussão sobre a reforma política.

— O governo defende uma reforma política mais inclusiva e as mulheres são prioridade nessa inclusão — disse.

Durante o ato, senadoras e deputadas repetiam “30% já!”. As manifestações em defesa da maior igualdade de gênero na

política ganhou corpo depois da divulgação do relatório do deputado Marcelo Castro (PMDB-PI) na comissão especial da Câmara sobre reforma política. O texto sugere a adoção do modelo de voto majoritário para a composição dos Parlamentos, o chamado distritão, nas próximas eleições, mas não assegura mais cadeiras para as mulheres.

Senadoras e deputadas temem que, se o projeto for aprovado da forma que está, a diferença entre homens e mulheres se acentue. Por isso, a bancada feminina tenta reverter a situação por meio de emendas apresentadas na comissão. Caso a estratégia não dê certo, elas já articulam prioridade para votação de uma proposta que garante pelo menos 30% das vagas por gênero no Poder Legislativo, independentemente do sistema eleitoral aprovado.

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que vários países conseguiram avançar na participação de mulheres na vida pública graças à adoção de cotas:

— O que queremos é pedir o apoio a uma causa que não é só das mulheres, mas da democracia e da sociedade.

Brasil aparece apenas em 124º lugar em ranking de igualdade de gênero

O documento *Mulheres na Política 2015*, elaborado pela ONU, aponta que o Brasil ocupa apenas a 124ª posição em um ranking de 188 países em relação à igualdade de gênero e à participação de mulheres na vida pública, ficando atrás de países árabes e africanos. Na América Latina, o Brasil está à frente apenas do Haiti. A senadora Vanessa Grazziotin classifica a situação de

“vexatória”:

— Na América do Sul, nós somos os últimos em termos de representação feminina.

Em março, a bancada feminina lançou a campanha *Mais Mulheres na Política*. Além da PEC 23/2015, que garante 30% das vagas no Legislativo por gênero, o grupo defende a PEC 24/2015, que reserva uma vaga por gênero na renovação de dois terços do Senado.

Rose de Freitas elogia agenda do Congresso para enfrentar a crise

Em pronunciamento, Rose de Freitas (PMDB-ES) saudou a iniciativa dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo



De acordo com Rose, a União precisa atender às demandas dos estados em relação à segurança pública, ao saneamento básico e à saúde, além de garantir uma divisão mais equilibrada das receitas.

Cunha, de reunirem governadores para definir uma agenda positiva de enfrentamento à crise vivida pelo país. Ontem, os presidentes das duas Casas chegaram a uma lista dos principais projetos que o Parlamento examinará nos próximos dias visando a uma repactuação mais equilibrada de recursos tributários com a União.

mento básico e à saúde, além de garantir uma divisão mais equilibrada das receitas.

A senadora, que preside a Comissão Mista de Orçamento (CMO), lamentou a demora do governo em anunciar o corte nas contas públicas:

— A falta dessa definição coloca todos em uma situação de alerta, de preocupação e agora de total desânimo.

Vanessa pede ao governo solução para greve de servidores da Suframa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apelou ao governo em favor da reestruturação do plano de cargos e salários dos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Depois do veto da presidente Dilma Rousseff à nova tabela salarial incluída no projeto de lei de conversão da MP 660, os funcionários deflagraram greve.

A senadora relatou que participou de reunião com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, sobre a demanda dos servidores. Segundo ela, os salários na

Suframa estão defasados.

Na reunião, o ministro teria dito que não há solução imediata. Diante do impasse, Vanessa falou ao ministro sobre projeto dela (PLS 418/2014) que pode garantir folga orçamentária à Suframa. O projeto define os serviços que embasariam a cobrança da Taxa de Serviços Administrativos (TSA). Objetivo é acabar com a brecha jurídica que dificulta a arrecadação da taxa. Para que a mudança ocorra logo, ela defende que o texto seja aproveitado pelo governo em uma medida provisória.

Regulamentação da terceirização ameaça trabalhadores, diz Ângela

Em discurso, Ângela Portela (PT-RR) ressaltou ser contrária à proposta de regulamentação da terceirização (PLC 30/2015), por acreditar que haverá perdas aos trabalhadores assalariados, caso seja aprovada.

— O trabalhador precisa ser respeitado, não podemos regredir nas conquistas que tivemos nos últimos anos.

A senadora mencionou dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que demonstram a queda



no desemprego no Brasil, de 9,5% em 2000 para 6,8% no fim de 2014, mesmo com a crise mundial.

Porém, alertou, 66,9% dos trabalhadores brasileiros têm contratos temporários.

— Esses trabalhadores são presas fáceis para a terceirização. A OIT admite que a terceirização pode implicar um aumento de produtividade, mas ela só pode ser implementada se contar com medidas paralelas que evitem a deterioração do trabalho.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Coordenação de Edição: Silvío Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

CPI aprova quebra de sigilos de médicos

Comissão que investiga a máfia das próteses vai analisar informações bancárias, fiscais e telefônicas de ortopedistas, advogados e empresas de produtos hospitalares

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) que investiga a máfia das próteses aprovou ontem uma série de transferências de sigilos de advogados, médicos e empresas fornecedoras de produtos hospitalares, próteses e órteses investigados por condutas delituosas para a realização de cirurgias.

Serão transferidos para a CPI os sigilos bancário, fiscal e telefônico de Nieli de Campos Severo e Ricardo Filipe Bayer, advogados responsáveis pelo escritório que obtinha as liminares na Justiça do Rio Grande do Sul, permitindo a realização das cirurgias com os materiais superfaturados, além de Letícia Pinto Lauxen, advogada que trabalhava no escritório em Porto Alegre.

Também terão os sigilos quebrados os médicos ortopedistas Fernando Gritsch Sanchis, Marcelo Leal Tafas, Henrique Alves Cruz, Antônio Carlos Sábio Júnior e Alfredo Sanchis Gritsch.

Empresas de material cirúrgico, de produtos hospitalares e de importação de produtos para o setor também tiveram pedidos de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico aprovados. Entre elas, a Improtec Comércio de Material Cirúrgico, a Proger Comércio de Importação e Exportação



Presidente da CPI das Próteses, Magno Malta quer tornar hediondos crimes como os cometidos pela máfia investigada

e a ProHosp Comércio e Representação de Produtos Hospitalares.

Os sócios dessas empresas também terão os sigilos transferidos para a CPI: Francisco José Dambros, da Improtec; Luiz Alberto Caporlingua Paz e Maria Alícia Guerra Paz, da Proger; e Larson Hermilo Strehl, da ProHosp. Todos os requerimentos são do presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), que esteve em Porto Alegre, na semana passada, para colher os depoimentos de alguns desses investigados.

Também foram aprovados requerimentos do relator da

CPI, Humberto Costa (PT-PE), entre eles, o que convoca o médico ortopedista Nilvio de Campos Severo, irmão da advogada Nieli.

Também foram convidados para prestar esclarecimentos à comissão Débora Pereira, diretora financeira da empresa Total Medic; Alberto Kaemmerer, médico denunciante do esquema criminoso; representantes do Hospital Nossa Senhora das Graças, de Canoas (RS), e do Hospital Dom João Becker, de Gravataí (RS); e Marcelo Paiva Paes, médico vítima do esquema criminoso.

— Marcelo é um médico do

Rio de Janeiro com uma história incrível e que realmente precisa ser ouvido — afirmou Marcello Crivella (PRB-RJ).

Indústria farmacêutica

Além disso, foi aprovada a requisição de notas fiscais de entrada de importação, assim como as notas fiscais da Improtec e da ProHosp de compra e venda de próteses, órteses e de outros materiais especiais das operações feitas entre janeiro de 2013 e maio de 2015.

Humberto Costa demonstrou preocupação com a relação entre as empresas

hospitalares e a indústria farmacêutica e o corpo médico do país. Ele propôs que sejam feitas audiências sobre o tema na comissão, além de melhorias na regulação e na legislação correlata.

Para o senador, há coisas que são encaradas com naturalidade, mas são estímulos ortodoxos, como médicos que recebem benesses, passagens e diárias internacionais para participar de congressos, por exemplo, e indicam os produtos dessas empresas em seus procedimentos. Malta revelou ainda que há médicos que têm cartões corporativos dessas indústrias para uso pessoal.

— Temos que ouvir a Associação de Médicos do Brasil, o Conselho Federal de Medicina, para ouvir deles como eles têm enfrentado essa questão, de que maneira o código profissional estabelece essas questões e como punem os casos em que há claramente uma ação e efeito entre as duas coisas — afirmou Humberto.

O presidente da CPI disse não compreender, por exemplo, como o registro médico de Fernando Sanchis não tenha sido cassado até o momento e afirmou que lutará pela aprovação de um projeto que torne crimes hediondos os atos como os perpetrados pela máfia.

Mangabeira Unger explica projeto Pátria Educadora

O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Mangabeira Unger, será ouvido em audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na terça-feira.

Mangabeira Unger explicará o planejamento do governo federal para o desenvolvimento e a qualificação dos ensinos fundamental e médio no Brasil previstos no documento *Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*. “Brasil, pátria educadora” é o lema da presidente Dilma Rousseff no segundo mandato.

O objetivo do requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS), também assinado por Cristovam Buarque (PDT-DF) e Simone Tebet (PMDB-MS), é conhecer as diretrizes do governo federal e as plataformas para melhorar principalmente os ensinos básico e médio, bem como saber quais são os recursos que planeja destinar à educação no projeto.

A audiência contará com o serviço de língua brasileira de sinais (Libras) e será interativa, aberta à participação dos cidadãos (*veja quadro*).

A reunião começa às 10h, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.



Ministro vai falar sobre diretrizes do governo para melhorar educação



Proposta e presidida por Lídice da Mata, comissão terá relatório elaborado por Lindbergh Farias, após ciclo de audiências

Audiência debate assassinato de jovens

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o assassinato de jovens no Brasil faz audiência pública interativa na segunda-feira com representantes de entidades da sociedade civil ligadas ao tema. Os participantes do debate serão Natália Damazio, advogada e representante da Justiça Global; Raquel Willadino Braga, diretora do Observatório de Favelas; e Samira Bueno Nunes, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A discussão faz parte de um

ciclo de audiências públicas promovidas pela comissão para fazer diagnóstico sobre a situação no país. No dia 18, o debate foi com pesquisadores para a apresentação de dados sobre homicídios de jovens.

A última parte do trabalho será a apresentação do relatório final, em que o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) pretende apresentar propostas de ações. Entre os temas abordados, estão a maioria penal, o desarmamento, o acesso a armas ilegais, a violência policial e a baixa taxa de

esclarecimento desses crimes.

A CPI, proposta e presidida pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA), terá 180 dias para concluir os trabalhos.

ACOMPANHE E PARTICIPE

SEGUNDA, às 19h30

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
 - <http://bit.ly/audienciainterativa>
 - Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/CPIjovens>

Em audiência no Senado, presidente da Embrapa afirmou que Brasil aplica 1,5% do PIB agrícola em ciência e tecnologia, ante 3,5% de países fortes no agronegócio

Senadores cobram verba para pesquisa agrícola

A CAPACIDADE DA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de sustentar o protagonismo na geração de inovações, que nas últimas décadas orientou a modernização e o crescimento da agropecuária brasileira, foi analisada ontem em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Foi unânime entre os senadores o reconhecimento da contribuição da Embrapa na transformação da agricultura praticada no país até a década de 1970, que era pouco produtiva. Mas também foram citadas preocupações com a defasagem do conhecimento produzido no país e a dependência de tecnologias geradas e controladas por outros países.

— A Embrapa foi muito importante, principalmente na ocupação do Centro-Oeste, no desenvolvimento de novas variedades e tecnologias. Me preocupa a dependência tecnológica. Em transgenia e biotecnologia, estamos a reboque de outros países — disse Blairo Maggi (PR-MT).

Na visão do senador, para que o país continue a integrar o grupo de grandes atores mundiais no agronegócio, deve ampliar os aportes de recursos na pesquisa agrícola.

E não são pequenos esses desafios, como deixou claro o presidente da Embrapa, Maurício Lopes. Além de mercados cada vez mais dinâmicos e competitivos, disse ele, a agropecuária enfrenta mudanças no clima, restrições no uso da água e ameaças à sanidade animal e vegetal, decorrentes



O presidente da Embrapa, Maurício Lopes, fala na audiência ao lado da senadora Ana Amélia, presidente da comissão

das extensas fronteiras do país.

— Significa que vamos ter que investir cada vez mais em ciência. Isso é inexorável. Precisamos dar mais atenção ao sistema de pesquisa e inovação — disse, informando que os países competidores no agronegócio aplicam 3,5% do PIB agrícola em ciência e tecnologia, enquanto o Brasil investe 1,5%.

Internacional

Na audiência, conduzida pela presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), Maurício Lopes informou que a Embrapa tem 9,8 mil empregados, dos quais 2,4 mil são pesquisadores, espalhados por uma rede de 46 unidades de pesquisa em todo o país. No último ano, disse, o orçamento da empresa foi de R\$ 2,7 bilhões, com atuação no Brasil e em todos os continentes, em cooperação com entidades de pesquisa

de diversos países.

Frente ao questionamento de Blairo sobre a pouca presença da Embrapa no mercado de transgênicos, Lopes disse que a Embrapa é uma das poucas instituições públicas de pesquisa agropecuária no mundo que conseguem ter presença nesse mercado, que é extremamente intensivo em investimentos.

Em resposta a Ronaldo Caiado (DEM-GO), ele negou que a empresa tenha perdido pesquisadores insatisfeitos com a restrição a pesquisas:

— Absolutamente não há evasão ou perda de competência e perda de cérebros na Embrapa. Pelo contrário, o que temos é uma demanda imensa para que a Embrapa abra concursos. Muitas vezes perdemos um ou outro profissional que vai para o setor privado, mas nada como evasão de competências. Não existe isso.

Lopes apresentou aos sena-

dores os programas de pesquisa da Embrapa e destacou novos enfoques, como a chamada agricultura multifuncional, na qual se inclui a produção de alimentos biofortificados, mais ricos em termos nutricionais e com maior atuação na promoção da saúde.

O dirigente informou que a empresa tem ampliado as investigações em sistemas de produção que combinem produtividade com proteção ambiental, inclusão e melhoria da qualidade de vida no meio rural. Destacou a ampliação da agricultura de baixo carbono, focada em processos produtivos limpos e na gestão racional dos recursos hídricos.

Entre os resultados obtidos pela empresa, ele citou a manutenção do terceiro maior banco genético do mundo, conquistas em termos de melhoramento genético e o desenvolvimento de cultivares precoces para o

Centro-Oeste, que já estarão à disposição dos produtores na próxima safra.

Lopes ressaltou os investimentos no programa de melhoramento preventivo, que visa formar, antecipadamente, estoques genéticos de diferentes culturas resistentes a pragas antes que elas entrem no país.

— Estamos monitorando e mapeando quais são as pragas e doenças que estão circulando ao redor do mundo e que, se chegarem ao Brasil, podem causar um grande problema.

Extensão rural

Donizete Nogueira (PT-TO), José Medeiros (PPS-MT) e Lasier Martins (PDT-RS) se disseram bem impressionados com os resultados obtidos pela empresa e a diversidade de ações. Valdir Raupp (PMDB-RO) citou uma variedade de café desenvolvida em Rondônia que fez com que a cultura desse um salto de produtividade.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e Elmano Férrer (PTB-PI), apesar de elogiarem a qualidade do trabalho da Embrapa, apontaram falhas no processo de divulgação dos novos conhecimentos aos agricultores. Na avaliação dos senadores, o desmonte do sistema de extensão rural prejudicou a difusão de tecnologias ao campo.

Ana Amélia lembrou que a CRA acompanhará neste ano a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, devendo aprofundar a discussão sobre os problemas do setor em audiências com autoridades, extensionistas e representantes dos agricultores.

Genérico pode baratear carne e gasto com animal doméstico

Quando os medicamentos genéricos de uso veterinário chegarem às prateleiras de revendas agropecuárias e pet shops, cairão os custos de produção de carne e os gastos das famílias com o tratamento dos animais de estimação.

A previsão é de Benedito de Lira (PP-AL), autor do projeto que deu origem à lei dos genéricos de uso veterinário (Lei 12.689/2012), regulamentada no início de maio pelo Decreto 8.448/2015.

O senador destacou as vantagens dos produtos genéricos para a pecuária:

— Vai baratear os custos de manutenção dos rebanhos, mantendo a sanidade exigida pelo mercado interno e mercado internacional na produção de carne para consumo pelas pessoas.

Benedito explica que a atenção às normas sanitárias exige do pecuarista a aplicação de medicamentos ao longo do ano, em todo o rebanho, resultando em gastos que podem chegar a 30% do custo de produção. O controle precisa ser feito de forma sistemática para evitar queda de produtividade e manter a saúde de um rebanho formado por mais de 200 milhões de animais.

Os genéricos veterinários reduzirão esse custo, afirma o senador, contribuindo para a queda no preço da carne vendida ao consumidor. Além disso, diz, haverá redução no preço dos remédios usados para tratar animais de estimação.

O Brasil é hoje o segundo maior mercado de pet shops, atrás apenas dos Estados Unidos, e os remédios estão entre os principais itens dos gastos das famílias com animais de estimação.

Redução de preços

Ainda não se pode afirmar de quanto será o barateamento dos remédios veterinários com a chegada dos genéricos, mas a Anvisa estima que uma molécula nova represente 35% do preço de um remédio inovador ou de referência. Assim sendo, um genérico que não requer nova molécula deve ter preço no mínimo 35% menor que o preço do medicamento original.

Quando anunciou a publicação do Decreto 8.448, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, disse esperar uma redução de preços de até 70% com a

entrada dos genéricos veterinários no mercado. As indústrias de fármacos veterinários não acreditam que a redução chegue a esse patamar, mas concordam que haverá queda dos preços.

Para chegar ao mercado, os genéricos veterinários precisam passar por um processo de registro, a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em trâmite semelhante ao que ocorre com genéricos de uso humano, controlados pela Anvisa.

O interessado em fabricar genérico deve comprovar equivalência farmacêutica (mesma via de administração e mesma quantidade da mesma substância ativa) e bioequivalência (tempo de absorção e efeitos no organismo), em relação ao produto de referência.

O país já conta com 20 laboratórios aptos a fazer os testes de bioequivalência e de equivalência farmacêutica exigidos nos processos de genéricos de uso humano, também capacitados para testes de medicamentos veterinários.

A falta de pessoal para analisar os pedidos de produtos veterinários no

Ministério da Agricultura, no entanto, é o que preocupa Benedito de Lira e outros senadores, como Wellington Fagundes (PR-MT), Waldemir Moka (PMDB-MS), Dário Berger (PMDB-SC) e Ana Amélia (PP-RS).

— A estrutura de análise técnica, tanto do Mapa como de outros órgãos de governo, está insuficiente para agilizar o registro dos medicamentos genéricos — observou Ana Amélia, em referência ao fato de apenas quatro técnicos do ministério responderem por demanda semanal de 50 pedidos de registro de produtos.

Os senadores não querem que a liberação dos produtos fique represada no ministério como ocorreu com a regulamentação da lei, que demorou três anos para sair.

— Resta-nos continuar na peregrinação, a fim de cobrar exatamente o andamento e a agilidade do processo — disse Benedito, ao lembrar dos inúmeros apelos feitos aos ministros que estavam à frente do Mapa nos três anos de espera pelo decreto de regulamentação da lei de genéricos veterinários.